



REPÚBLICA
PORTUGUESA

DEFESA NACIONAL

INQUÉRITO À POPULAÇÃO PORTUGUESA SOBRE DEFESA NACIONAL E FORÇAS ARMADAS

Research Brief



**RECURSOS
DA DEFESA**

Direção-Geral de Recursos
da Defesa Nacional

idn Instituto
da Defesa Nacional



INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

INSTITUTO
PORTUGUÊS DE
RELAÇÕES
INTERNACIONAIS

IPRI



Ficha Técnica

Título

Inquérito à população portuguesa
sobre Defesa Nacional e Forças Armadas

Coordenação Executiva

Vasco Hilário
Diretor-Geral de Recursos da Defesa Nacional
Helena Carreiras
Diretora do Instituto da Defesa Nacional

Coordenação Científica

Pedro Magalhães
Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa
Raquel Vaz Pinto
Instituto Português de Relações Internacionais
da Universidade Nova de Lisboa

Coordenação Técnica

Vítor Borlinhas
Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
António Ideias Cardoso
Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional

Equipa de Investigação

Ana Tinoco
Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
Cláudio Costa Reis
Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
Miguel Capela
Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
Cristina Rodrigues da Silva
Instituto da Defesa Nacional

Processo de recolha de informação

GfK Metris, utilizando o sistema *CATI* [*Computer Assisted Telephone Interviewing*], entre 07 de janeiro e 24 de fevereiro de 2021.

Enquadramento

O conhecimento do que pensa a opinião pública acerca das diversas esferas da governação política assume, nos sistemas democráticos, uma importância incontornável e a Defesa Nacional não é exceção a esta premissa.

De forma genérica, pode datar-se o esforço mais sistemático de compreensão da opinião pública portuguesa sobre a Defesa Nacional e as Forças Armadas na década de 1990 com um projeto de investigação, fruto da colaboração institucional entre o Instituto da Defesa Nacional e o Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa [ISCTE], coordenado por Maria Carrilho, cujo grande objetivo era conhecer as perceções e as atitudes dos portugueses em relação a temas de segurança e defesa. O segundo marco que importa destacar é a investigação coordenada por Luís Salgado de Matos e Mário Bacalhau em 1999 que se debruçou sobre a opinião pública portuguesa face às Forças Armadas.

Após estes dois marcos na década de 1990, pode dizer-se que o estudo empírico da opinião pública portuguesa sobre a Defesa e as Forças Armadas foi apenas retomado em 2009 no âmbito de um projeto do CIES/ISCTE, denominado “*As Forças Armadas Portuguesas após a Guerra Fria*”, coordenado por Helena Carreiras. Este projeto tinha como principais objetivos descrever, compreender e avaliar a forma como as Forças Armadas se ajustaram estrutural e culturalmente às mudanças ocorridas no plano geopolítico internacional e analisar a sua relação com a sociedade.

Decorrida mais de uma década sobre os resultados então obtidos, surge o presente Estudo, fruto de um protocolo de colaboração estabelecido entre a Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional [DGRDN], o Instituto da Defesa Nacional [IDN], o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa [ICS-UL] e o Instituto Português de Relações Internacionais da Universidade Nova de Lisboa [IPRI-NOVA].

Principais objetivos

De uma forma genérica, este Estudo pretende **analisar as opiniões da população portuguesa acerca da Defesa Nacional e das Forças Armadas**, retomando e atualizando a linha de investigação iniciada nos anos 90 e, sobretudo, o Estudo realizado em 2009, sobre o qual já decorreu mais de uma década.

Em termos mais específicos, são **objetivos do Estudo** avaliar as seguintes dimensões:

- Opiniões e representações sobre a Defesa [*e.g.*, ameaças à segurança, perceções sobre aspetos da política de Defesa Nacional];
- Opiniões e representações sobre as Forças Armadas Portuguesas [*e.g.*, visão sobre necessidade, importância e prestígio das Forças Armadas e as suas missões; perceções sobre a carreira militar];
- Aspetos associados ao sentimento de identidade nacional e perceções sobre as formas de participação dos cidadãos na Defesa Nacional.

Este *Research Brief* visa apresentar uma síntese de resultados de carácter mais geral obtidos através deste Estudo, sendo que, sempre que se considerar relevante e oportuno, também serão apresentadas algumas fontes de variação mais específicas.

Metodologia

O universo foi constituído por cidadãos portugueses, de ambos os sexos, com idade igual ou superior a 18 anos, residentes em Portugal Continental e Regiões Autónomas. A amostra abrangeu 1 509 entrevistas, com a distribuição, proporcional, por região NUTS II que a seguir se apresenta.

Região NUTS II	Entrevistas
Norte	525
Centro	337
Lisboa	400
Alentejo	110
Algarve	64
Açores	33
Madeira	40
Total	1509

Esta amostra foi estratificada proporcionalmente por Região, com base nos dados do Recenseamento Geral da População de 2011. A informação foi recolhida através de entrevista telefónica, pelo sistema CATI (*Computer Assisted Telephone Interviewing*), entre 07 de janeiro e 24 de fevereiro de 2021, com base em inquérito elaborado pela DGRDN, IDN, ICS-UL e IPRI-NOVA.

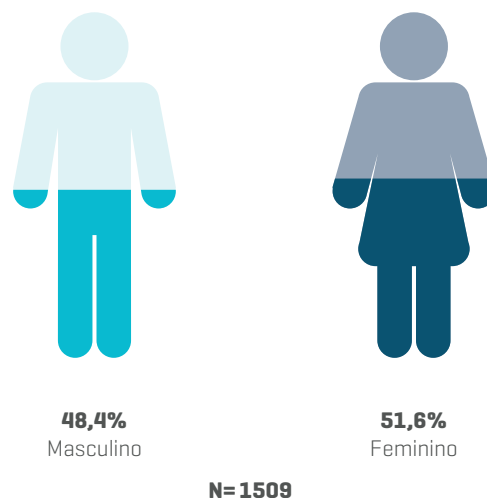
Uma vez que a recolha de informação se efetuou em período pandémico, a situação sanitária do País é suscetível de ter impacto sobre as opiniões da população, quer em virtude de uma maior perceção de ameaça à segurança, quer pela maior visibilidade pública das Forças Armadas devido ao papel de relevo que assumiram na estratégia de combate à pandemia.

Caracterização da amostra

Distribuição por Sexo

A figura 1 reflete a distribuição dos respondentes por sexo, mostrando-se a mesma relativamente homogénea com uma diferença de apenas 3,2% entre os inquiridos do sexo masculino e as do sexo feminino.

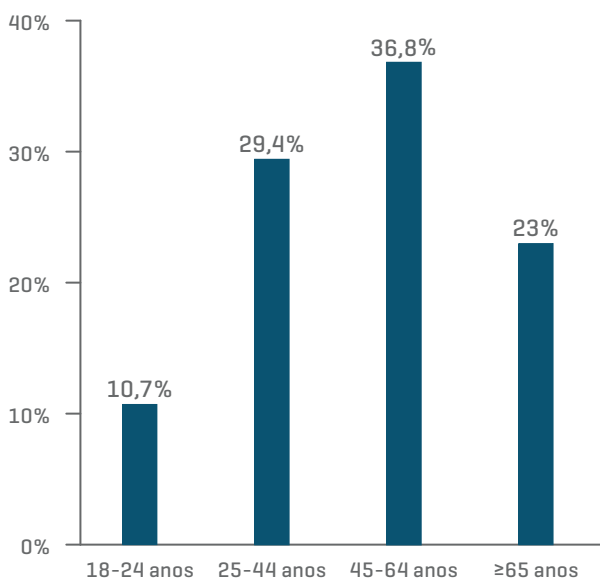
Figura 1.
DISTRIBUIÇÃO DOS INQUIRIDOS POR SEXO.



Idade

No que concerne à idade, observou-se uma amostra de sujeitos entre o mínimo de 18 e o máximo 90 anos, com uma média de 48,69 anos (DP=16,938 anos). O gráfico 1 reflete a distribuição dos sujeitos por faixa etária e a partir da sua observação pode constatar-se que o grupo etário com maior percentagem de respondentes é o dos 45-64 anos [36,8%].

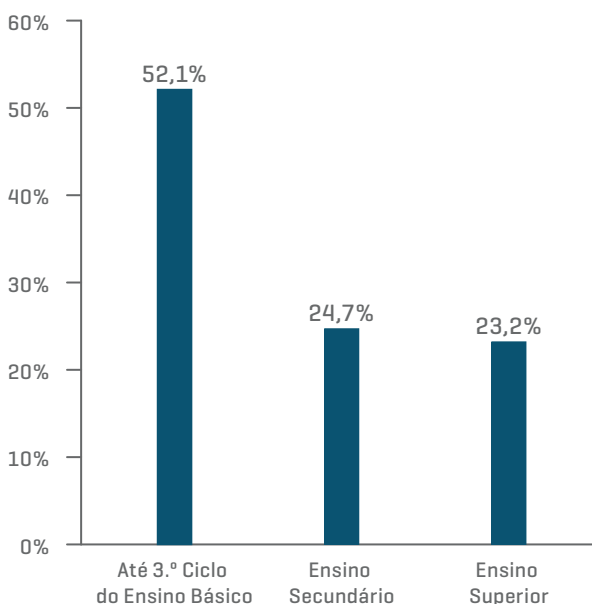
Gráfico 1.
DISTRIBUIÇÃO DOS INQUIRIDOS
POR GRUPO ETÁRIO (N=1509).



Habilitações literárias

Relativamente ao indicador de escolaridade [gráfico 2], a percentagem de inquiridos que completou o Ensino Secundário [24,7%] é semelhante à dos que possuem habilitações de nível Superior [23,2%], sendo que a maioria da população inquirida tem um nível de escolaridade que não ultrapassa o 3.º Ciclo [52,1%].

Gráfico 2.
DISTRIBUIÇÃO DOS INQUIRIDOS
POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE (N=1509).



PERCEÇÕES SOBRE SEGURANÇA E IMPORTÂNCIA DE ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

No âmbito deste tema considerou-se pertinente aferir a percepção genérica de **segurança no mundo** que a população portuguesa projeta para o futuro, em particular para a próxima década. Os resultados obtidos permitem concluir que cerca de 69% dos inquiridos antecipam que o mundo será mais inseguro nos próximos dez anos, em comparação com a atualidade. Apenas 12,8% acreditam que viverão num mundo mais seguro e 18,2% que não haverá alterações significativas na segurança mundial. Das variáveis de estratificação utilizadas no Estudo, a idade é a que apresenta uma relação estatisticamente mais relevante com a variação desta percepção. Nesse sentido, verificou-se que com o aumento da idade aumenta também a percepção de insegurança [gráfico 3]. Comparando os extremos das faixas etárias, 46,5% dos inquiridos com 18-24 anos consideram que o mundo será mais inseguro na próxima década, percentagem que aumenta para 76,1% na faixa dos 65 anos ou mais.

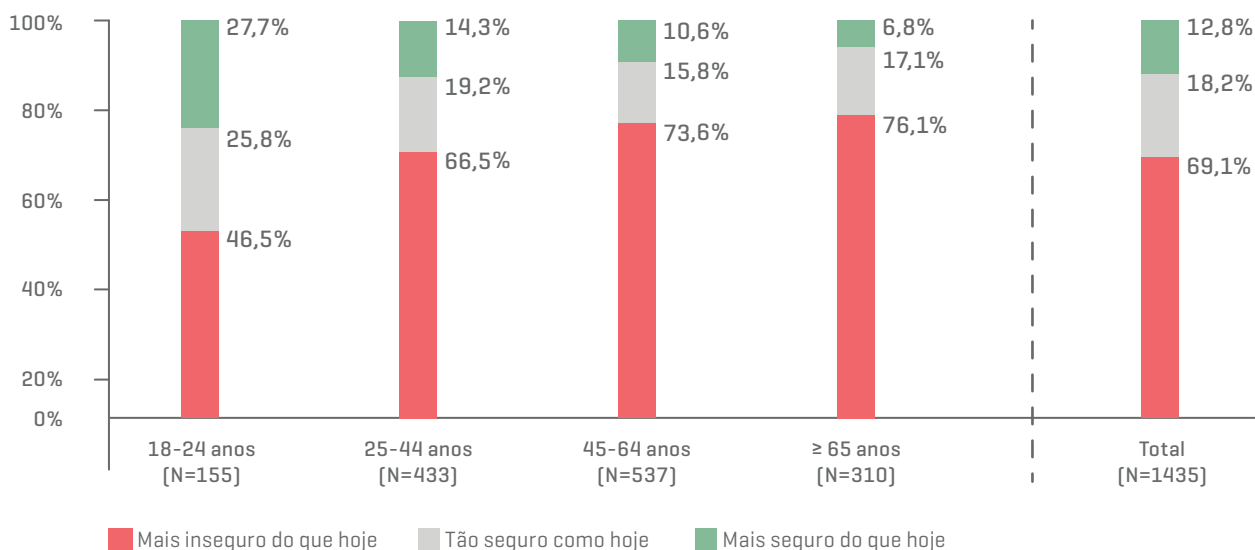
Tendo ficado claro que a maioria dos inquiridos acredita que o futuro será marcado por maior insegurança, importa perceber quais as **principais ameaças que antecipam para Portugal** em particular. Os resultados expos-

tos no gráfico 4 mostram que os inquiridos acreditam que os dois problemas que mais afetarão a segurança de Portugal serão a ocorrência de uma grave crise económica mundial [$M=8,73$; $DP=1,701$] e o surgimento de epidemias e pandemias [$M=8,64$; $DP=1,840$]. Também relevantes são as preocupações com as questões da manipulação da informação [$M=7,81$; $DP=2,014$], das alterações climáticas [$M=7,60$; $DP=2,152$] e do cibercrime [$M=7,55$; $DP=2,125$]. A guerra, seja ela de cariz civil ou entre Estados, é a ameaça percebida como tendo menor potencial para perturbar a segurança do País nos próximos tempos.

Estando identificados alguns problemas que, na perspetiva dos inquiridos, ameaçam a segurança de Portugal, torna-se importante compreender a sua posição relativamente a algumas instituições que se associam à defesa do País. Em particular, foi aferida a opinião sobre a **importância da Organização do Tratado do Atlântico Norte** (OTAN) para a segurança de Portugal, sendo que os resultados mostram que esse valor é amplamente reconhecido. De facto, numa escala de 0 [“Nada importante”] a 10 [“Muito importante”]¹, foi obtido um nível médio de importância de 7,51, sendo que quase 73% dos respondentes se posicionaram no polo dos que consideram a

Gráfico 3.

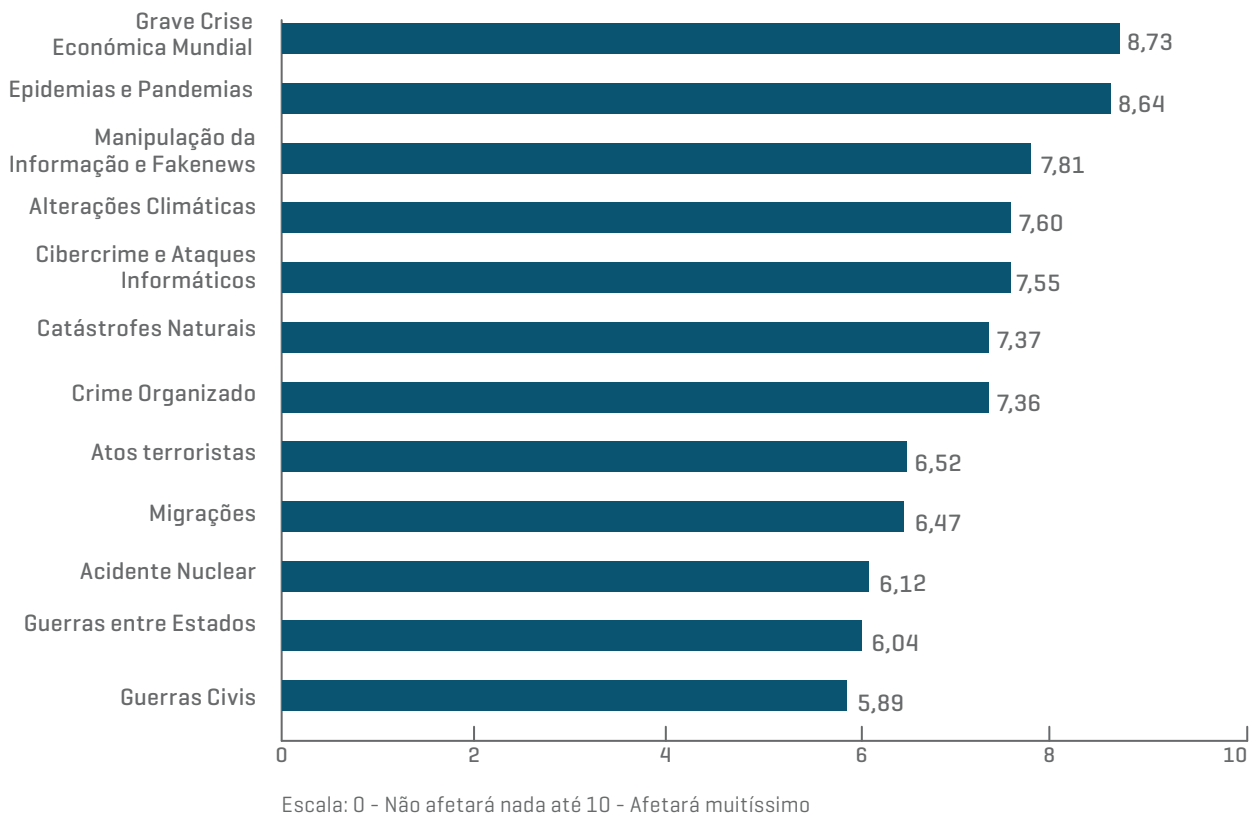
PERCEÇÃO ACERCA DA SEGURANÇA NO MUNDO, POR FAIXA ETÁRIA.



¹ Para efeitos de apresentação de percentagens, as escalas de 0-10 foram tricotomizadas da seguinte forma: as posições 0-3 representam a zona negativa da escala; as posições 4-6 a zona mais indefinida; e as posições 7-10 a zona positiva da escala.

Gráfico 4.

GRAU MÉDIO EM QUE OS INQUIRIDOS ACREDITAM QUE DIVERSOS PROBLEMAS PODERÃO AFETAR A SEGURANÇA DE PORTUGAL NOS PRÓXIMOS TEMPOS.



OTAN importante ou muito importante para a segurança de Portugal. Apenas 5,8% avaliaram a pertença à Aliança como nada ou pouco importante [gráfico 5].

Os sujeitos foram também questionados sobre o que pensavam relativamente ao exercício de uma forte liderança por parte da União Europeia [UE] no contexto internacional. Os resultados são inequívocos, já

que 83% consideram desejável que a UE assuma esse papel de liderança [gráfico 6]. A média obtida (8,04) reflete também esta opinião.

Tanto no que respeita à apreciação da importância da OTAN como ao papel de liderança internacional da UE, não se registaram associações de relevo com as variáveis sociodemográficas que caracterizam a amostra.

Gráfico 5.

OPINIÃO SOBRE A IMPORTÂNCIA DA OTAN PARA A SEGURANÇA DE PORTUGAL (N=1367).

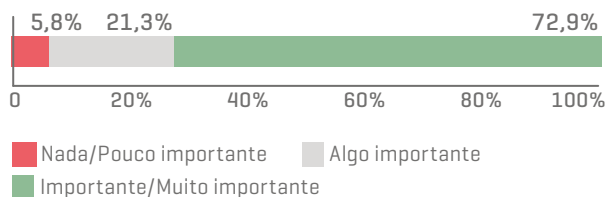
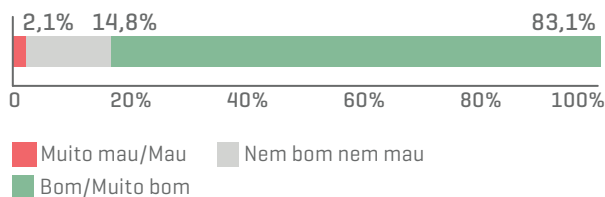


Gráfico 6.

OPINIÃO SOBRE O PAPEL DE LIDERANÇA INTERNACIONAL DA UE (N=1450).



OPINIÕES SOBRE A ORGANIZAÇÃO E OS RECURSOS DA DEFESA E DAS FORÇAS ARMADAS

O Modelo de Serviço Militar

O atual **modelo de Serviço Militar** foi delineado e configurado juridicamente em 1999, com a Lei do Serviço Militar [Lei n.º 174/99, de 21 de setembro], diploma que fixou a prestação do serviço militar exclusivamente baseada no voluntariado, em tempo de paz. A aferição da opinião sobre a atual configuração do modelo de Serviço Militar permitiu constatar que a maioria da população [quase 60% dos respondentes] concorda que o serviço militar permaneça voluntário, ao passo que 40% aponta a sua preferência para a obrigatoriedade do mesmo.

Dada a expressividade destas percentagens em cada um dos quadrantes, será pertinente aferir que tipo de características sociodemográficas se podem encontrar entre a população favorável a cada um dos posicionamentos em matéria de serviço militar. No que respeita ao sexo, na subamostra masculina e a concordar com um serviço militar de matriz voluntária, registam-se 53,2%, contra 46,8% a favor da obrigatoriedade, ou seja, algum

equilíbrio entre as posições. Por sua vez, do lado feminino há uma maior diferença de posições, com 66% a favor do serviço militar voluntário, contra 34% que preferiam a obrigatoriedade [gráfico 7]. Os testes realizados evidenciaram a existência de uma associação estatisticamente significativa entre o sexo dos inquiridos e a posição face ao modelo de Serviço Militar.

Igualmente significativa mostrou-se a associação desta variável com a idade da população inquirida. Assim, apesar da preferência pelo voluntariado ser maior em todos os grupos etários, é possível dar conta que à medida que aumenta a idade, aumenta também a percentagem de população favorável a um serviço militar de cariz obrigatório. Na faixa etária dos 18-24 anos, encontram-se 25,9% de cidadãos favoráveis a um serviço militar de matriz obrigatória e 74,1% a preferir a natureza voluntária, enquanto nos que têm 65 ou mais anos as percentagens são de 49,7% a favor da obrigatoriedade e 50,3% do voluntariado [gráfico 8].

Gráfico 7.
OPINIÃO SOBRE O MODELO DE SERVIÇO MILITAR, POR SEXO.

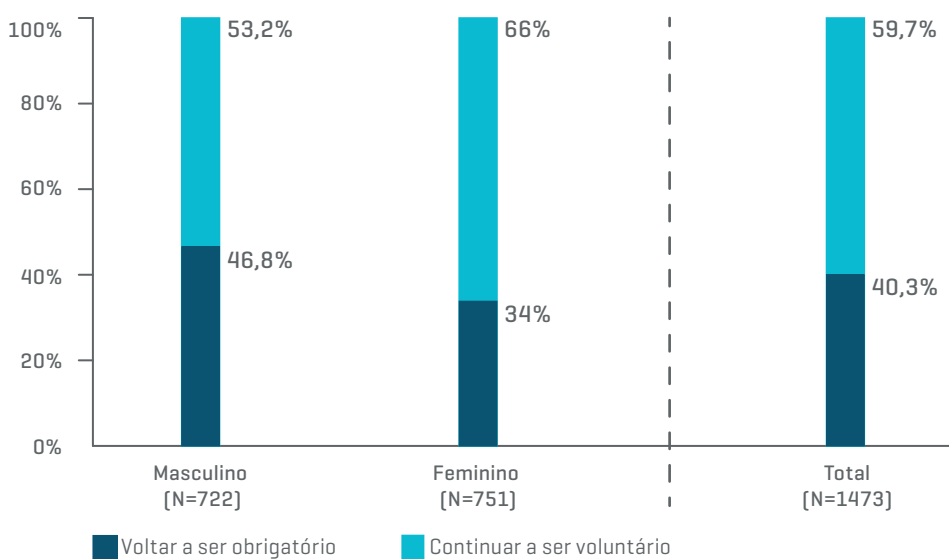
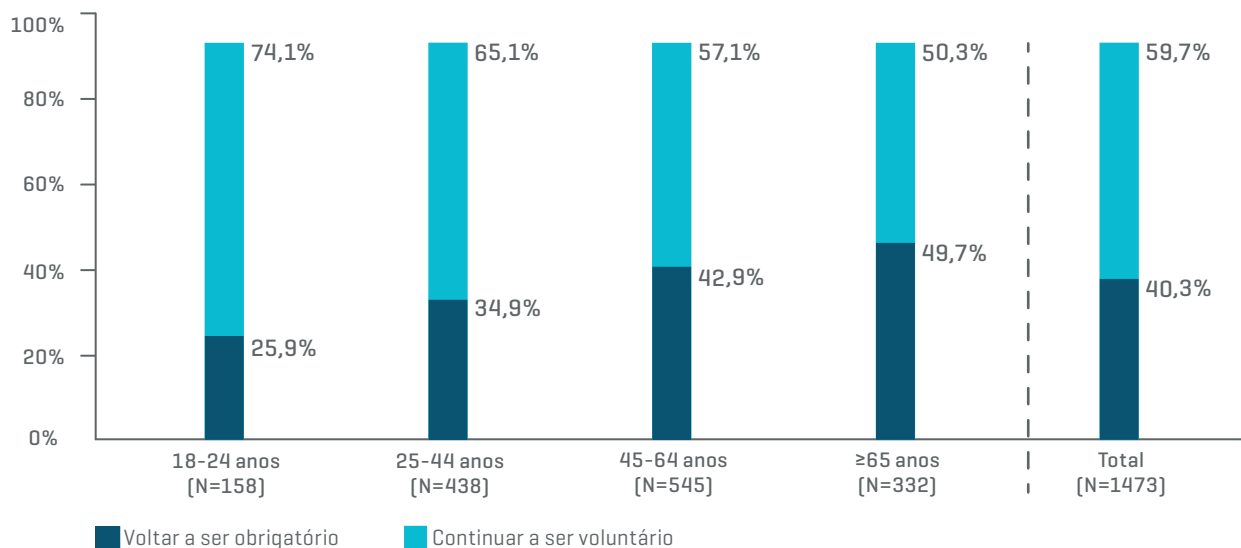


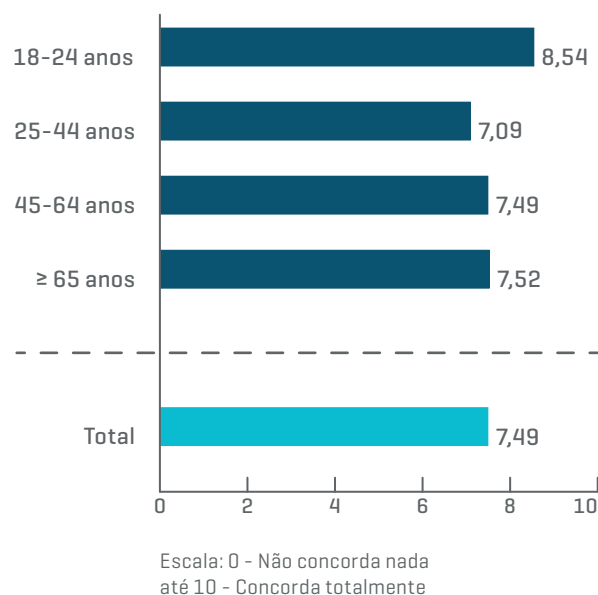
Gráfico 8.
OPINIÃO SOBRE O MODELO DE SERVIÇO MILITAR, POR GRUPO ETÁRIO.



A escolaridade é também um fator que se associa de forma estatisticamente relevante com a opinião sobre o modelo de Serviço Militar. A percentagem de população favorável a um serviço militar voluntário aumenta nos níveis de escolaridade mais elevados, ultrapassando os 70% de entre quem tem o Ensino Superior. Já a preferência por um serviço militar de cariz obrigatório regista uma evolução inversa e linear, sendo mais elevada entre a população que não ultrapassa o 3.º Ciclo, com 46,6%.

Sendo o **Dia da Defesa Nacional** (DDN) um elemento estruturante no atual modelo de Serviço Militar, ao assegurar o contacto das Forças Armadas com os cidadãos mais jovens (18 anos), procurou-se aferir o grau de concordância dos inquiridos com o caráter obrigatório da participação neste dever militar. Os resultados evidenciam uma tendência geral de concordância (M=7,49; DP=3,374), sendo a percentagem de indivíduos favoráveis à obrigatoriedade de 72%. É ainda importante salientar que o grupo etário que regista o maior valor médio de concordância com a obrigatoriedade é o que tem entre 18-24 anos (gráfico 9).

Gráfico 9.
CONCORDÂNCIA MÉDIA COM A OBRIGATORIEDADE DO DDN, POR GRUPO ETÁRIO.



Opinião sobre o orçamento da Defesa e sobre a dimensão das Forças Armadas

Para compreender a opinião da população inquirida sobre os recursos alocados à Defesa e às Forças Armadas, utilizaram-se dois indicadores: a perceção sobre os recursos financeiros e sobre os recursos humanos.

Relativamente à opinião sobre o **orçamento destinado ao setor da Defesa Nacional**, pretendia-se perceber a noção que os inquiridos tinham sobre o mesmo em termos quantitativos, bem como a avaliação que faziam sobre a sua adequação. Num primeiro momento, pediu-se aos inquiridos que indicassem, por cada 100€ do Orçamento do Estado, que valor achavam que era destinado ao setor da Defesa. Ora, metade da população inquirida (50%), considerou que, desse montante, 10€ eram atribuídos à Defesa Nacional, sendo que apenas 4,8% responderam acertadamente, estimando o valor de 3€. Posteriormente, foi-lhes fornecida informação do valor real (3€) e solicitou-se que avaliassem a adequação desse orçamento. Quase 67% dos inquiridos consideraram-no insuficiente e apenas 6,4% o definiram como excessivo (gráfico 10). Em termos de variação de resultados, foi possível verificar que as mulhe-

res, assim como os inquiridos com habilitações ao nível do 3.º Ciclo e do Ensino Secundário, tendem mais a avaliar o orçamento como insuficiente.

A questão da **dimensão das Forças Armadas** (FFAA), considerando o número de efetivos militares (apenas os do ativo na efetividade de serviço), seguiu a mesma lógica. Primeiro, procurou-se perceber qual a ideia que os portugueses tinham sobre esse quantitativo, sendo que apenas 27,6% dos que responderam afirmaram que o número de efetivos se situava entre 23 e 30 mil militares. De seguida, foi dada aos sujeitos a informação real sobre o número de militares das Forças Armadas (cerca de 23 mil) e pedido que, perante esta “correção”, se pronunciassem sobre a adequação da dimensão. Os resultados mostram que 42,2% julgaram o número de militares como sendo adequado, 44,9% como insuficiente e 12,9% como excessivo (gráfico 11). Quanto à variação da apreciação do número de militares, com o aumento da idade dos inquiridos aumenta também a percentagem dos que consideram a dimensão adequada ou excessiva e diminui a dos que a acham insuficiente.

Gráfico 10.
OPINIÃO SOBRE A ADEQUAÇÃO DO ORÇAMENTO DA DEFESA NACIONAL (N=1389).

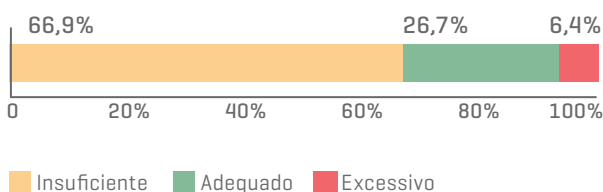
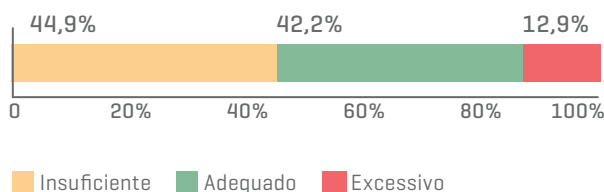


Gráfico 11.
OPINIÃO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA DIMENSÃO DAS FFAA (N=1400).



OPINIÕES SOBRE AS FORÇAS ARMADAS

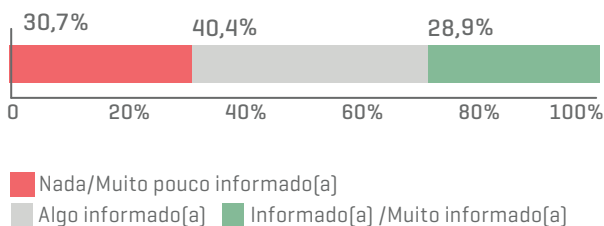
Neste bloco serão apresentados alguns resultados relativos à opinião da população inquirida sobre as Forças Armadas, abrangendo aspetos como o nível de informação que possuem sobre estas, a apreciação que fazem das missões, a pertinência da sua existência, o nível de confiança que lhes atribuem, as opiniões que formulam sobre elas como instituição e como opção profissional, olhando ainda para a forma como é avaliada a integração das mulheres na instituição castrense.

Grau de informação sobre as Forças Armadas

A informação que os inquiridos detêm sobre as Forças Armadas é uma variável que em muito pode influenciar as opiniões e perceções que formulam sobre as temáticas da Defesa Nacional. Como tal, considerou-se pertinente avaliar o **grau em que os sujeitos se consideravam pessoalmente informados sobre as Forças Armadas**, utilizando uma escala de 10 pontos, em que 0 significa “Nada informado/a” e 10 “Muito informado/a”.

Os resultados obtidos mostram que o grau médio de informação detida sobre as Forças Armadas é baixo ($M=4,87$; $DP=2,769$), sendo que quase 31% dos inquiridos se situam no quadrante inferior da escala, representativo de baixa informação, ao qual se poderão acrescentar os cerca de 40% que assumiram uma posição intermédia nesta questão (gráfico 12). Estes dados são ligeiramente mais positivos do que os encontrados em 2009 (Carreiras, 2009), altura em que se obteve um valor médio de conhecimento sobre as Forças Armadas de 3,80 ($DP=2,622$), sendo que 49,6% dos inquiridos consideravam deter nenhum ou muito pouco conhecimento e apenas 15,3% se posicionaram no quadrante superior da escala.

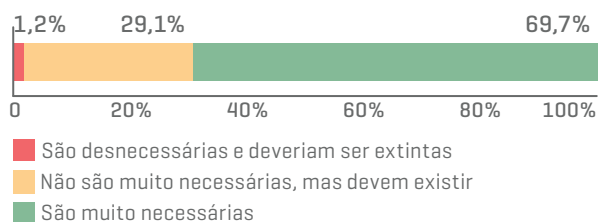
Gráfico 12.
GRAU DE INFORMAÇÃO SOBRE AS FFAA (N=1481).



Opinião sobre a necessidade das Forças Armadas

Quando inquiridos sobre a **necessidade de existência das Forças Armadas**, 70% consideram-nas muito necessárias, sendo residual a percentagem dos que as julgam desnecessárias e, portanto, passíveis de serem extintas. Existe ainda um segmento relevante de sujeitos [29%] que acredita que, apesar de as Forças Armadas não serem muito necessárias, a sua existência é legítima [gráfico 13]. Em termos de variabilidade dos resultados, verificou-se que com o incremento da escolaridade diminui a percentagem dos que percecionam as Forças Armadas como muito necessárias e aumenta a dos que consideram que, apesar de não serem muito necessárias, devem existir. Além disso, os inquiridos que revelam maiores níveis de informação sobre as Forças Armadas também tendem a ser os que mais as consideram muito necessárias.

Gráfico 13.
OPINIÃO ACERCA DA NECESSIDADE DAS FFAA [N=1496].

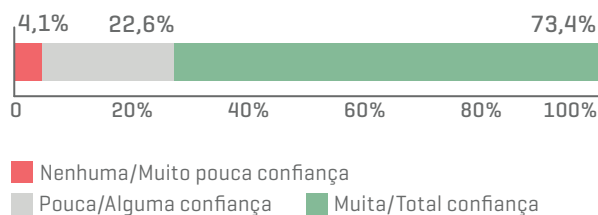


Confiança nas Forças Armadas

A medição do grau de **confiança** mostrou que a população portuguesa deposita elevados níveis de confiança nas Forças Armadas. [M=7,41; DP=2,031]. Este não é um indicador novo, já que no Estudo de 2009 [Carreiras, 2009] o valor médio de confiança atribuído às Forças Armadas foi de 6,98, igualmente demonstrativo de elevada confiança institucional.

Olhando os dados de outra perspetiva, 73,4% da população inquirida tem muita ou total confiança nas Forças Armadas e só 4,1% formula uma opinião negativa [gráfico 14]. Nesta matéria, o fator de variação mais relevante é o grau de informação que os inquiridos têm sobre as Forças Armadas, pois aos maiores níveis de informação estão também associados os maiores índices de confiança institucional.

Gráfico 14.
NÍVEL DE CONFIANÇA NAS FFAA [N=1477].



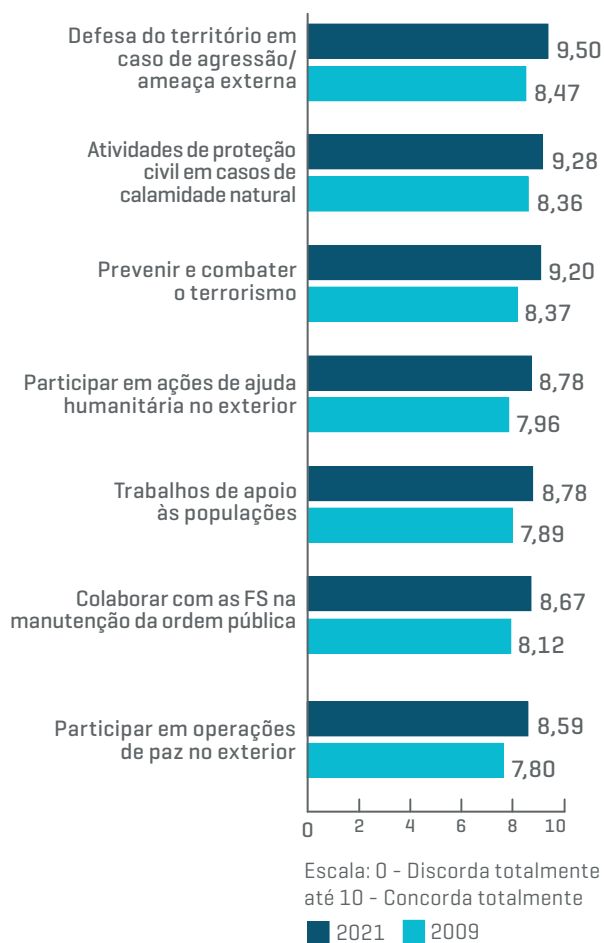
Opinião sobre as missões das Forças Armadas

Aferidas algumas opiniões, importa agora procurar perceber quais são as **missões** que os inquiridos consideram que devem ser desempenhadas pelas Forças Armadas. Para tal, foi apresentada uma lista de possíveis missões, tendo sido pedido que os sujeitos expressassem em que medida concordavam que as Forças Armadas as desempenhassem [escala de 0 “Discorda totalmente” até 10 “Concorda totalmente”].

Os resultados mostram uma ampla concordância com todas as missões apresentadas, evidente quer pelas médias obtidas [todas superiores a 8,5], quer pela percentagem de inquiridos que se posicionaram no polo mais elevado da concordância [sempre próxima ou superior a 90%]. Estes dados refletem também que a população portuguesa concorda não só com a realização das missões tipicamente militares/de combate associadas às Forças Armadas, mas também com as que se relacionam com o apoio às populações.

Este padrão de resultados está em consonância com os encontrados no Estudo realizado em 2009 [Carreiras, 2009]. De facto, nos dois períodos em análise, é notória a ampla concordância com todas as missões apresentadas, sendo até os resultados recentes mais elevados [gráfico 15]. É também relevante notar que em ambos os momentos as três missões que mereceram mais apoio coincidem. A defesa do território em caso de agressão/ameaça externa é a que apresenta níveis de concordância mais elevados em 2009 e em 2021, sendo que neste último ano as atividades de proteção civil em casos de calamidade natural se posicionam em segundo lugar, ocupado em 2009 pela prevenção e combate ao terrorismo.

Gráfico 15.
CONCORDÂNCIA MÉDIA COM POSSÍVEIS MISSÕES DAS FFAA EM 2009 E 2021.



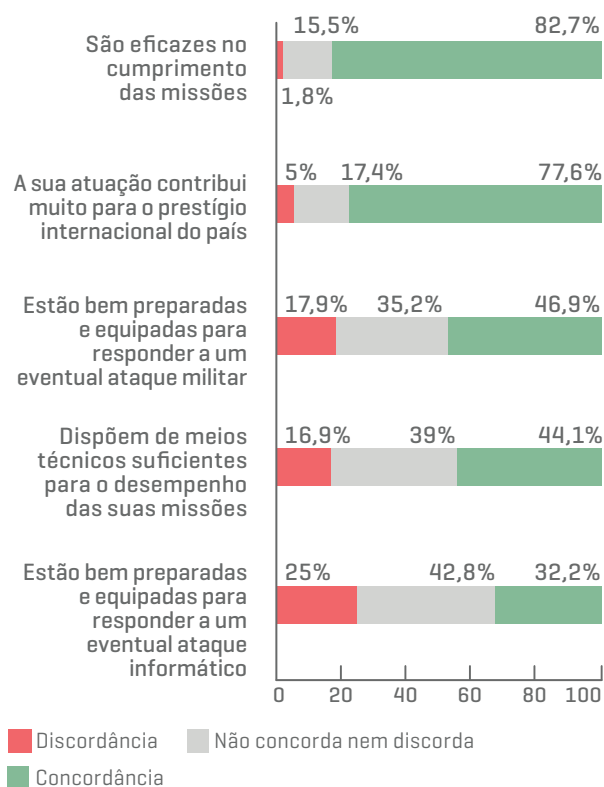
Representações Institucionais sobre as Forças Armadas

Prossequindo a lógica de compreender as opiniões da população portuguesa sobre as Forças Armadas, procurou-se agora discriminar algumas **representações institucionais** detidas pelos inquiridos. Para tal, utilizou-se uma escala de 10 pontos, em que 0 significa “Discorda totalmente” e 10 “Concorda totalmente”. Os resultados obtidos revelam alguns dados relevantes, destacando-se a concordância verificada relativamente à eficácia das Forças Armadas no cumprimento das suas missões e ao contributo para o prestígio do País que a sua atuação proporciona. Por outro lado, quando se trata dos recursos de que as Forças Armadas dispõem, as opiniões são menos favoráveis. Quando se projeta a possibilidade de um ataque informático, 25% dos inquiridos consideram que as Forças Armadas não estão preparadas para lhe responder. Analogamente, existe também a perceção de algumas lacunas em termos de meios técnicos para o desempenho de missões, sendo que quase 17% dos sujeitos consideram que esses meios não são suficientes. Uma percentagem semelhante discorda que as Forças Armadas estejam bem preparadas/equipadas para responder a um eventual ataque militar [gráfico 16].

No que respeita à variação destas representações, a população feminina apresenta valores mais positivos que a masculina e, em termos de idade, verificou-se que à medida que esta aumenta, a apreciação evolui no mesmo sentido.

Gráfico 16.

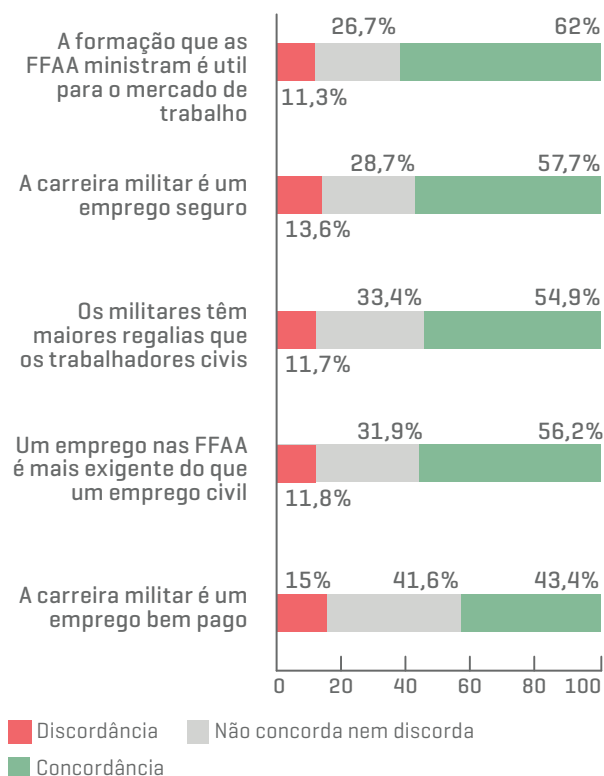
REPRESENTAÇÕES INSTITUCIONAIS SOBRE AS FFAA.



Representações Profissionais sobre as Forças Armadas

Além das representações institucionais e utilizando a mesma escala de resposta, procurou-se aferir as **representações** que os inquiridos detêm **acerca da carreira militar enquanto profissão**. Os resultados [gráfico 17] mostram que a ideia que mereceu maior concordância foi a relativa à utilidade da formação ministrada pelas Forças Armadas para o mercado de trabalho [62%], seguida da percepção de que a carreira militar é um emprego seguro [57,7%], ainda que mais exigente do que um emprego civil [54,9%]. Já no que concerne à atratividade da remuneração, a percentagem de concordância foi a mais baixa [43,4%]. Em termos de variabilidade, o padrão detetado é em tudo semelhante ao atrás descrito para as representações institucionais, em termos da variação em função do sexo e da idade dos respondentes.

Gráfico 17.
REPRESENTAÇÕES PROFISSIONAIS SOBRE AS FFAA.

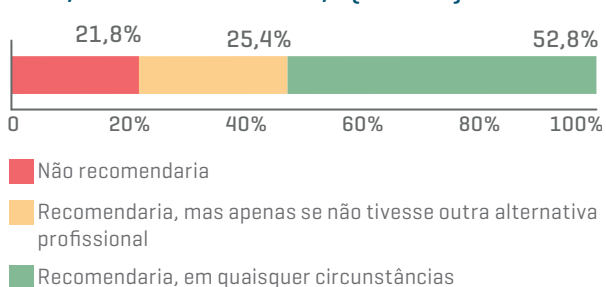


Recomendação do ingresso nas Forças Armadas

Na sequência destas representações sobre a carreira militar, apresentam-se os resultados obtidos quando se questionou os sujeitos sobre se **recomendariam o ingresso nas Forças Armadas a um/a familiar ou amigo/a**. Quase 53% dos inquiridos recomendariam esse ingresso em quaisquer circunstâncias, valor que contrasta com os 21,8% que não recomendariam de todo. Numa posição intermédia encontram-se 25,4% dos inquiridos, que recomendariam o ingresso, mas apenas se esse/a familiar ou amigo/a não tivesse outra alternativa profissional.

A propósito dos fatores de variação da recomendação do ingresso, importa destacar a associação positiva com o grau de informação que os inquiridos detêm sobre as Forças Armadas. De facto, entre aqueles que se consideram informados/muito informados, quase 62% recomendariam o ingresso em quaisquer circunstâncias, percentagem que decresce para 40% junto dos que se avaliaram como nada/muito pouco informados.

Gráfico 18.
RECOMENDAÇÃO DO INGRESSO NAS FFAA A UM/A FAMILIAR OU AMIGO/A (N=1434).

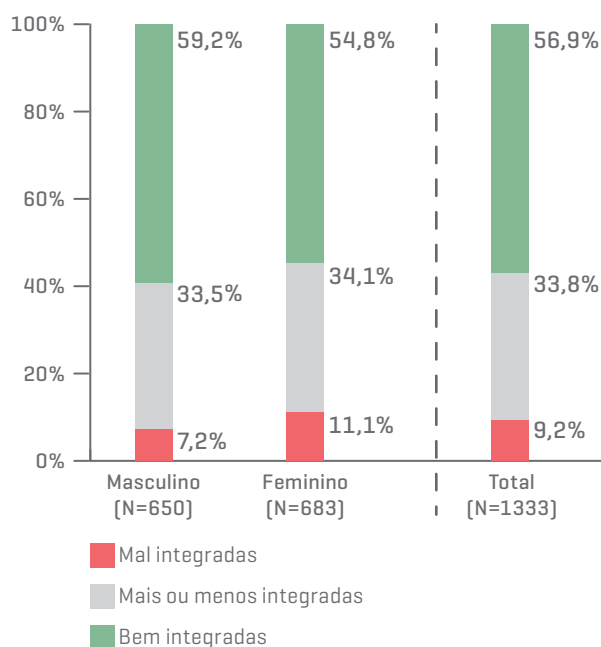


Opinião sobre a integração das mulheres nas Forças Armadas

Um tema relevante na política de recursos humanos da Defesa tem sido a questão da **integração das mulheres nas Forças Armadas**. A participação de mulheres na profissão militar possui como marco primordial o ano de 1961, altura em que um grupo de enfermeiras paraquedistas da Força Aérea foi destacado para a Guerra Colonial. Desde essa data, e com um importante marco na década de 1990 em que as academias militares permitiram a entrada das mulheres, tem havido uma gradual e progressiva integração em praticamente todas as áreas do serviço militar. Não obstante o incremento de efetivos femininos que, ao longo do tempo, tem sido visível em todos os Ramos, a questão da integração das mulheres nas Forças Armadas permanece na agenda política como uma área na qual é necessário intervir. Nesse seguimento, em 2019 foi implementado o Plano Setorial da Defesa Nacional para a Igualdade (PSDNI), que postulou, entre outras medidas, a criação do Gabinete da Igualdade do Ministério da Defesa Nacional, que veio a ser formalmente constituído em março de 2020.

Quando questionados sobre o processo de integração das mulheres nas Forças Armadas, cerca de 57% dos sujeitos posicionaram-se no polo positivo da escala [0 – “Muito mal integradas” até 10 – “Muito bem integradas”], obtendo-se uma média de 6,75 [DP=2,457]. Quase 34% optaram por uma posição intermédia face a esta temática, enquanto aproximadamente 9% consideram que as mulheres estão mal integradas nas Forças Armadas. Analisando a variação destes valores por sexo, obtém-se um valor de 6,86 [DP=2,312] para a subamostra masculina e de 6,65 [DP=2,585] para a feminina. Dito de outra forma, 59,2% dos homens inquiridos consideram que as mulheres estão bem integradas nas Forças Armadas, valor que nas inquiridas é de 54,8% [gráfico 19]. A magnitude destas diferenças de percepção é baixa e os testes realizados mostraram que as mesmas não são estatisticamente significativas, pelo que ressalta para a população portuguesa a ideia de que a integração tem ocorrido de forma positiva.

Gráfico 19.
OPINIÃO SOBRE A INTEGRAÇÃO DAS MULHERES NAS FFAA, POR SEXO.



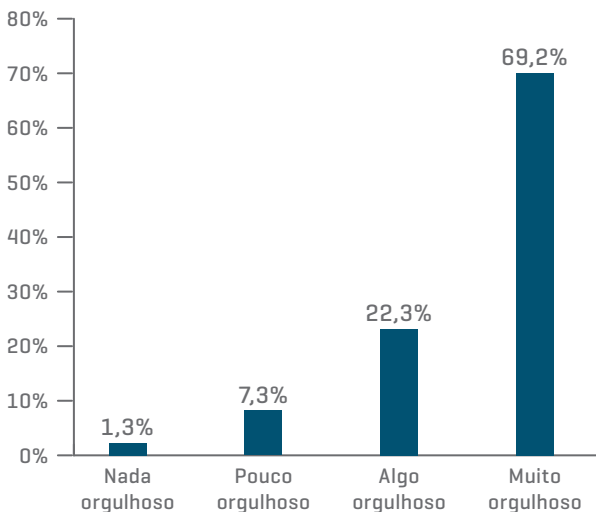
Como corolário agregador do conjunto de resultados até aqui descritos, conclui-se este capítulo referindo que cerca de 56% da população inquirida afirmou deter uma **opinião geral positiva ou muito positiva sobre as Forças Armadas**, sendo que apenas 7,8% evidenciou uma valoração negativa ou muito negativa. Através de uma análise de regressão, foi também possível verificar que o nível de informação que os inquiridos possuem sobre as Forças Armadas se mostrou como a variável com maior capacidade preditiva da sua opinião sobre a instituição castrense. Por outras palavras, isto significa que informar a sociedade e comunicar com os vários públicos-alvo sobre as Forças Armadas tem um efeito potencial positivo na forma como os cidadãos, posteriormente, avaliam esta instituição.

ORGULHO EM SER PORTUGUÊS E DISPONIBILIDADE PARA PARTICIPAR NA DEFESA DO PAÍS

Orgulho em ser português

Procurando medir a intensidade do **sentimento de orgulho em serem portugueses**, apresentou-se aos sujeitos uma escala de tipo *Likert* de 4 pontos [1 – “Nada orgulhoso/a” até 4 – “Muito orgulhoso/a”]. A distribuição dos respondentes pelos diferentes pontos da escala é elucidativa: cerca de 69% sentem muito orgulho em serem portugueses, sendo residual a percentagem dos que não se sentem nada orgulhosos da nacionalidade [gráfico 20]. Os fatores avaliados como sendo mais importantes para se ser “verdadeiramente” português foram, em primeiro lugar, o respeito pelas leis e pelas instituições nacionais, assinalado por quase 90% da população inquirida. Surgiu depois uma questão mais formal, associada à posse de cidadania portuguesa [65,6%] e outra relacionada com o ter vivido em Portugal a maior parte da vida [57,8%]. De forma inversa, o facto de ter antepassados portugueses é um aspeto onde se nota maior variabilidade das respostas: 50,5% dos sujeitos consideram-no muito importante, mas 9,6% acham que esse facto não é nada importante na definição do que é ser “verdadeiramente” português.

Gráfico 20.
ORGULHO EM SER PORTUGUÊS (N=1501).

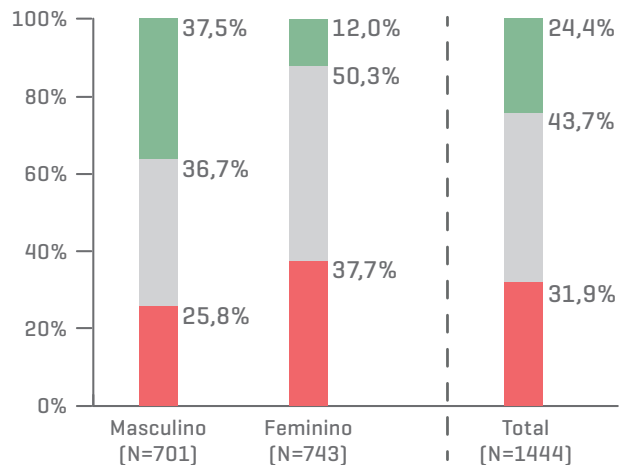


Disponibilidade para participar na Defesa do País

Os dados atrás apresentados denotam que a grande maioria dos inquiridos sente orgulho em ser português, considerando que o respeito pelas leis e pelas instituições nacionais são o aspeto mais relevante na definição do que é ser “verdadeiramente” português. No início deste trabalho vimos também que uma parte significativa dos sujeitos se mostrava favorável a um modelo de serviço militar de cariz voluntário.

Face a estes indicadores, importa perceber qual a **disponibilidade que os sujeitos demonstram para participar na defesa do País**. Os resultados mostram que quase 32% dos respondentes não estariam dispostos a integrar uma reserva de voluntários para, em caso de necessidade, participarem na defesa de Portugal. Numa posição intermédia, surgem 43,7% que demonstram disponibilidade, mas apenas para participar em missões de apoio à população. A percentagem dos que estariam disponíveis para participar na defesa do País em qualquer circunstância, incluindo na resposta a um ataque militar, é de 24,4%.

Gráfico 21.
DISPONIBILIDADE PARA PARTICIPAR NA DEFESA DO PAÍS, POR SEXO.



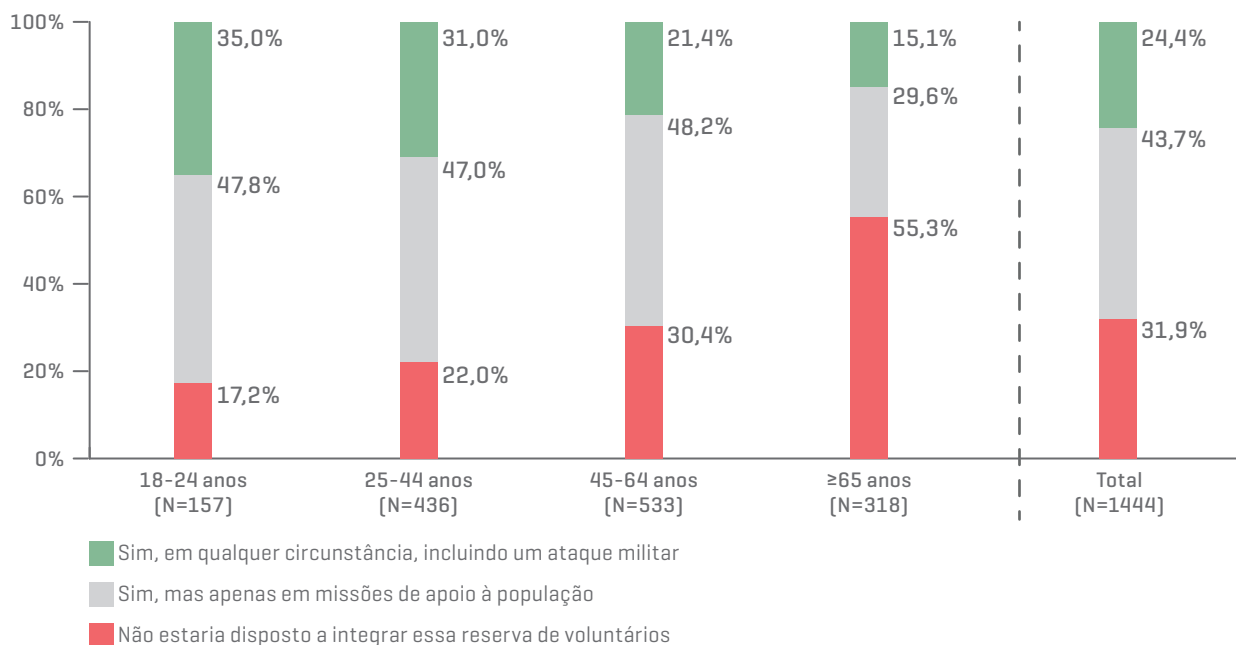
■ Sim, em qualquer circunstância, incluindo um ataque militar
 ■ Sim, mas apenas em missões de apoio à população
 ■ Não estaria disposto a integrar essa reserva de voluntários

As respostas a esta pergunta variam significativamente de acordo com o sexo dos inquiridos [gráfico 21]. Concretamente, foi possível constatar que é bastante superior na amostra masculina a percentagem dos que se mostraram disponíveis para participar na defesa do País em quaisquer circunstâncias [incluindo um ataque militar], quando comparada com a evidenciada pelas mulheres [37,5% versus 12%]. Por outro lado, quando se trata da disponibilidade circunscrita às missões de apoio à população, é junto das mulheres que a mesma é mais preponderante [50,3% versus 36,7%]. Por fim, no que concerne à percentagem de indisponíveis para integrar uma reserva de voluntários para defender o País, registou-se uma percentagem de 37,7% na amostra feminina, superior à evidenciada na masculina [25,8%]. Pode, por isso, dizer-se que o sexo dos inquiridos influencia a forma como se posicionam perante a possibilidade de participar na defesa do País, com as mulheres a evidenciarem uma disponibilidade mais condicionada [ao tipo de missão] e um pouco menos expressiva.

Analisando a variação dos dados em função da idade [gráfico 22], também se registam valores interessantes em termos interpretativos. Os inquiridos mais jovens, nomeadamente os grupos etários dos 18-24 e 25-44 anos, são os que evidenciam maior disponibilidade para integrar uma reserva de voluntários para participar na defesa do País, mesmo no caso de ataque militar [35% e 31%, respetivamente]. É também nestes grupos etários, alargando ao dos 45-64 anos, que se registam as maiores percentagens de disponíveis para integrar a reserva de voluntários em apreço, mas apenas em missões de apoio à população. Os indisponíveis, como seria expectável, são na sua maioria os que têm 65 anos ou mais [55,3%]. Assim, importa registar a disponibilidade para participar na defesa do País da maioria dos cidadãos [até aos 64 anos], o que parece demonstrar o comprometimento da população para com o País e o reconhecimento da importância das Forças Armadas na defesa do mesmo.

Gráfico 22.

DISPONIBILIDADE PARA PARTICIPAR NA DEFESA DO PAÍS, POR GRUPO ETÁRIO.



Notas Conclusivas

Importa relevar que o presente Estudo, fruto dos condicionalismos que o País viveu em 2020 e em 2021, seguiu caminhos metodologicamente diferentes do previsto inicialmente. O processo de recolha de informação foi sendo adiado na expectativa de que fossem reunidas condições para uma recolha presencial, mas tal não foi possível, tendo-se optado pela recolha da informação por via telefónica. Esta metodologia impôs limitações à abrangência temática do Estudo, mas não põe em causa a sua importância e o seu rigor metodológico.

Feita esta consideração, a seguir expõem-se as principais conclusões a que o Estudo permitiu chegar.

- Existe uma percepção bastante saliente de que o **mundo será mais inseguro na próxima década**, sendo que, no caso de Portugal, as **ameaças** que os inquiridos destacam como mais prováveis se prendem com uma possível crise económica mundial e com o surgimento de pandemias e epidemias. O sentimento de insegurança está menos alicerçado em aspetos associados a guerras de sentido tradicional;
- A **Organização do Tratado do Atlântico Norte** e a **União Europeia**, organizações a que Portugal pertence, são bem vistas e consideradas importantes para a segurança do País por uma clara maioria dos inquiridos;
- No que respeita ao **modelo de Serviço Militar**, a maioria assume o “voluntariado” como matriz principal (60%), mas há também uma franja relevante que valoriza uma prestação “obrigatória” (40%). Em termos sociodemográficos, as mulheres, os inquiridos mais jovens e os mais escolarizados são quem mais tende a valorizar a natureza voluntária do serviço militar. Já a **obrigatoriedade de participação no Dia da Defesa Nacional** (uma das componentes do modelo) tem uma elevada aceitação, principalmente entre os mais jovens;
- Uma clara maioria dos inquiridos (66,9%) tende a considerar que o **Orçamento do Estado dedicado à Defesa Nacional** é insuficiente. Os **recursos humanos das Forças Armadas** são vistos por 44,9% dos inquiridos como sendo também insuficientes;
- Em termos gerais, são maioritárias as percentagens de inquiridos que evidenciam uma **opinião** positiva sobre as Forças Armadas, considerando-as muito necessárias, e atribuindo-lhes elevados níveis de **confiança**. É também maioritária a ideia de que as **missões das Forças Armadas** devem abranger quer uma dimensão militar/de combate, quer também uma vertente mais conotada com a proteção civil e de apoio às populações;

- Em termos de **representações**, há maiorias muito expressivas de inquiridos que entendem que as Forças Armadas cumprem eficazmente as suas missões e que contribuem para o prestígio internacional do País. A formação ministrada (pela utilidade que tem para o mercado de trabalho) e o emprego nas Forças Armadas (pela segurança e benefícios que confere) são também avaliados de forma positiva. Já os aspetos materiais, como os salários ou os recursos à disposição dos militares (nomeadamente os que permitam responder a ataques cibernéticos), suscitam apreciações menos positivas;
- Face a todos estes indicadores, a **recomendação do ingresso nas Forças Armadas** a familiares ou amigos sem qualquer reserva é algo que cerca de 52,8% dos inquiridos assumem que fariam. Mais relutantes encontram-se os 25% que o recomendariam, mas apenas se não existisse outra alternativa profissional;
- O processo de **integração feminina nas Forças Armadas** é também avaliado positivamente pela maioria dos inquiridos, com cerca de 57% a considerarem que as mulheres estão bem integradas nas Forças Armadas;
- Relativamente à **disponibilidade para participar, através das Forças Armadas, na defesa ativa do País**, cerca de 24% assumiram-se disponíveis para o fazer em qualquer circunstância, incluindo em caso de ataque militar. Entre os restantes, uma parte significativa está disponível para esse contributo (43,7%), mas apenas para desempenhar missões de apoio à população, ao passo que 32% se manifestaram indisponíveis. Em termos de variação sociodemográfica, os homens demonstraram uma disponibilidade menos condicionada ao motivo, ao passo que as mulheres estão mais disponíveis em caso de missões de apoio à população. Verificou-se também que com o aumento da idade se assiste a uma diminuição dessa disponibilidade.

Estas são as principais conclusões deste Estudo e permitem consolidar a ideia de que as Forças Armadas são, em geral, uma instituição prestigiada na sociedade portuguesa. Há défices de informação sobre os temas da Defesa que precisam de ser atenuados, regista-se o elevado prestígio e confiança que as Forças Armadas possuem, mas também se salienta o facto de os portugueses considerarem que há lacunas em termos de recursos e de meios.



**RECURSOS
DA DEFESA**

Direção-Geral de Recursos
da Defesa Nacional

idn Instituto
da Defesa Nacional

Julho de 2021